



Aylton Bonomo Júnior  
Hermes Zaneti Júnior

# Mandado de Segurança Individual e Coletivo

Conforme CPC/2015 e precedentes  
vinculantes do STF e STJ

2019



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3045.9051  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPodivm

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação:** Futura Editoração ([rogerio@futuraeditoracao.com](mailto:rogerio@futuraeditoracao.com))

**Capa:** Ana Caquetti

B719m Bonomo Júnior, Aylton.  
Mandado de segurança individual e coletivo / Aylton Bonomo Júnior e Hermes Zaneti  
Júnior – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.  
480 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-2805-0.

115012  
1. Direito Constitucional. 2. Direito Processual Civil. I. Bonomo Júnior, Aylton. II. Zaneti Júnior, Hermes. III. Título.

CDD 341.2742

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 ► ASPECTOS GERAIS DO MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>15</b>
1.1 <b>JUDICIAL REVIEW: DO CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS DO PODER PÚBLICO .....</b>	<b>15</b>
1.1.1 O surgimento do controle judicial dos atos do Poder Público .....	15
1.1.2 O controle judicial dos atos do Poder Público no Brasil .....	17
1.1.2.1 Separação de Poderes e o Estado Democrático de Direito .....	22
1.2 <b>HISTÓRICO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....</b>	<b>32</b>
1.2.1 Institutos próximos no Direito Comparado .....	36
1.2.1.1 Amparo Mexicano .....	36
1.2.1.2 Direito anglo-americano ( <i>Writs</i> ).....	37
1.3 <b>DA TUTELA MANDAMENTAL.....</b>	<b>39</b>
1.4 <b>PERFIL CONSTITUCIONAL DO MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>44</b>
1.5 <b>VANTAGENS DE IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>49</b>
1.5.1 Da técnica processual prevista no art. 327, § 2º, do CPC e o mandado de segurança .....	50
 <b>Capítulo 2 ► DOS REQUISITOS E DO PROCEDIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA</b>	 <b>57</b>
2.1 <b>NATUREZA JURÍDICA .....</b>	<b>57</b>
2.2 <b>CONCEITO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>59</b>
2.2.1 Direito Líquido e Certo.....	60
2.2.1.1 Ausência de direito líquido e certo (prova pré-constituída) .....	62
2.2.2 Ato de Autoridade .....	65
2.2.2.1 Dos Atos da Administração .....	69
2.2.2.2 Dos Atos do Legislativo.....	74
2.2.2.3 Dos Atos Jurisdicionais .....	80
2.2.3 Ilegalidade ou abuso de poder.....	85
2.2.4 Distinção com outras ações constitucionais .....	85
2.3 <b>HIPÓTESES LEGAIS DE NÃO CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....</b>	<b>89</b>
2.3.1 Ato de Gestão Comercial .....	90
2.3.2 Ato que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução .....	91
2.3.3 Ato Judicial passível de recurso com efeito suspensivo .....	94
2.3.4 Ato jurisdicional transitado em julgado.....	101
2.3.5 Mandado de segurança como substitutivo de ação de cobrança.....	104
2.4 <b>DO PRAZO PARA IMPETRAÇÃO .....</b>	<b>113</b>
2.4.1 Natureza Jurídica .....	113
2.4.2 Constitucionalidade .....	114
2.4.3 Termo Inicial .....	115
2.4.4 Impetração preventiva.....	118
2.4.5 Relação Continuativa .....	119
2.4.6 Ato omissivo .....	120
2.5 <b>DAS PARTES .....</b>	<b>120</b>
2.5.1 Legitimidade ativa .....	120
2.5.1.1 Direito pertencente a vários titulares .....	122
2.5.1.2 Titular de direito decorrente .....	123
2.5.2 Legitimidade passiva .....	124
2.5.2.1 Indicação errônea da autoridade coatora .....	127
2.5.3 Litisconsórcio .....	130

2.5.4	Intervenção de Terceiros .....	134
2.5.5	Ministério Público .....	137
2.6	COMPETÊNCIA .....	141
2.6.1	Competência em razão da graduação hierárquica da autoridade .....	141
2.6.2	Competência em razão da matéria (eleitoral ou trabalhista).....	143
2.6.2.1	Matéria Eleitoral .....	143
2.6.2.2	Matéria Trabalhista .....	144
2.6.3	Competência em razão da qualificação da autoridade (federal ou local) .....	146
2.6.3.1	Autoridade Federal .....	146
2.6.3.2	Autoridade local .....	158
2.6.4	Competência em razão do território .....	159
2.6.4.1	Competência territorial na Justiça Federal .....	159
2.6.5	Mandado de Segurança e Juizado Especial .....	163
2.7	MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO .....	165
2.7.1	Noções gerais .....	165
2.7.2	Mandado de Segurança contra lei em tese .....	167
2.8	PROCEDIMENTO .....	173
2.8.1	Da Petição Inicial .....	173
2.8.1.1	Emenda à Inicial .....	173
2.8.1.2	Indeferimento da inicial .....	176
2.8.1.3	Improcedência liminar do pedido .....	177
2.8.2	Notificação da autoridade coatora e ciência da pessoa jurídica interessada.....	178
2.8.3	Informações .....	184
2.8.4	Conciliação e Mediação .....	189
2.8.5	Oitiva do Ministério Público .....	191
2.8.6	Provas .....	192
2.8.6.1	Prova documental e Prova documentada .....	193
2.8.7	Desistência .....	196
2.8.8	Prioridade legal de tramitação e julgamento .....	199
2.9	TUTELA PROVISÓRIA .....	200
2.9.1	Tutela Provisória do Código de Processo Civil .....	200
2.9.2	Da Liminar em Mandado de Segurança – Lei Federal n. 12.016/2009 .....	203
2.9.3	Tutela de evidência .....	204
2.9.4	Apreciação de Ofício.....	207
2.9.5	Restrições legais .....	209
2.9.5.1	Proibição de compensação de crédito tributário .....	221
2.9.6	Meios de impugnação da decisão judicial que aprecia a liminar .....	222
2.9.7	Efeitos da reforma, anulação ou cassação da liminar.....	223
2.9.8	Perempção e caducidade da medida liminar .....	228
2.9.9	Suspensão de Liminar ou Segurança .....	229
2.9.9.1	Previsão legal.....	229
2.9.9.2	Natureza jurídica .....	232
2.9.9.3	Legitimidade .....	235
2.9.9.4	Competência .....	235
2.9.9.5	Simultaneidade de pedido de suspensão e de agravo de instrumento .....	237
2.9.9.6	Aspecto temporal da suspensão .....	238
2.9.9.7	Agravo interno .....	240
2.9.9.8	Da Renovação do pedido de suspensão .....	242
2.9.9.9	Da Suspensão para várias decisões similares .....	244
2.10	SENTENÇA .....	244
2.11	SUCUMBÊNCIA .....	247

2.12	REMESSA NECESSÁRIA .....	249
2.12.1	Histórico .....	249
2.12.2	Remessa necessária e o CPC/2015.....	249
2.12.3	Remessa necessária e o mandado de segurança.....	253
2.13	RÉCURSOS .....	257
2.13.1	Disciplina Geral .....	257
2.13.1.1	Agravo de instrumento .....	257
2.13.1.2	Apelação .....	260
2.13.1.3	Recurso Ordinário .....	264
2.13.1.4	Técnica de ampliação de julgamento .....	267
2.13.2	Legitimidade recursal .....	269
2.14	COISA JULGADA .....	270
2.14.1	Questão Prejudicial Incidental.....	273
2.15	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	274
2.15.1	Cumprimento de sentença em relação às parcelas vencidas anteriormente ao ajuizamento do <i>writ</i> .....	275
2.15.2	Cumprimento provisório da sentença .....	278
2.15.3	Descumprimento da ordem mandamental .....	280
2.15.4	Instrumentos de coerção civil .....	284
Capítulo 3	<b>► MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO .....</b>	<b>287</b>
3.1	PROCESSO COLETIVO .....	287
3.1.1	Premissas .....	287
3.1.2	<i>Class Action</i> e o Mandado de Segurança Coletivo.....	293
3.1.3	Processo Coletivo: Modelo Brasileiro.....	296
3.1.4	Microsistema do Processo Coletivo e a Aplicação Direta do CPC: O Papel do CDC e da LACP na Interpretação e Aplicação dos Arts. 21 e 22 da Lei do Mandado de Segurança.....	299
3.2	O OBJETO DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	303
3.2.1	Tutela de Direitos Coletivos Lato Sensu (Difusos, Coletivos Stricto Sensu e Individuais Homogêneos).....	303
3.2.2	O Problema da Recepção do Direito Estrangeiro: Direitos ou “Interesses”?.....	306
3.2.3	Identificação dos Direitos de Natureza Coletiva no Processo.....	313
3.2.4	O Art. 81, § único do CDC como Interface entre as Situações Jurídicas de Direito Material e a Tutela Processual Coletiva.....	316
3.2.5	O Mandado de Segurança como Instituto do Processo Coletivo para a Tutela de Direitos Coletivos Lato Sensu. Contraposições Teóricas e Legais à Sua Efetividade.....	322
3.2.5.1	O Mandado de Segurança Coletivo para Tutela Exclusiva de Direitos Coletivos <i>Stricto Sensu</i> (Leitura Literal)?.....	325
3.2.5.2	O Mandado de Segurança Tutela Apenas Direitos Individuais Homogêneos?.....	326
3.2.5.3	Possibilidade Jurídica do Pedido: Cabimento da Tutela de Direitos Difusos pelo Mandado de Segurança Coletivo .....	327
3.2.5.4	Interpretação Conforme à Constituição e Vedação de Retrocesso Social na Defesa dos Direitos Difusos .....	332
3.3	ADMISSIBILIDADE DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (REQUISITOS PROCESSUAIS ESPECÍFICOS).....	337
3.3.1	Legitimação e interesse no mandado de segurança coletivo.....	338
3.3.1.1	Legitimação Ativa no MSC .....	338
3.3.1.2	Legitimidade Passiva: Determinação da Autoridade Coatora como Forma de Abranger um Maior Número de Beneficiados .....	385
3.3.1.3	“Legitimidade <i>ad Causam</i> ” ou “ <i>ad Processum</i> ” no Mandado de Segurança Coletivo. Novas Perspectivas sobre o Tema .....	392
3.3.1.4	Controle Jurisdicional da Legitimação Coletiva.....	395
3.3.1.5	A Legitimação do Ministério Público no Mandado de Segurança Coletivo .....	401

3.3.1.6	Consequência da Falta de Legitimação Coletiva Ativa: Obrigatoriedade de Oitiva do MP e Abertura de Prazo para os demais Legitimados para Eventual Sucessão Processual .....	404
3.3.1.7	Interesse Processual nos Mandados de Segurança Coletivo e nos Processos Coletivos em Geral: Releitura Teórica .....	405
3.3.1.8	Impossibilidade Jurídica do Pedido e a Inaplicabilidade do Art. 1º, § único da LACP aos Mandados de Segurança Coletivos.....	408
3.4	ASPECTOS PROCESSUAIS .....	409
3.4.1	Competência .....	409
3.4.2	A Inaplicabilidade e Inconstitucionalidade da M.P. nº 2.180-35 (“Congelada” pela EC/32) e da Lei Federal n. 9.494/97 .....	411
3.4.3	O Regime da Litispendência no MSC (Art. 22, § 1º da Lei Federal n. 12.016/09) .....	413
3.4.3.1	A Desistência do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art. 22, § 1º, da Lei Federal n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema .....	421
3.4.4	Liminar em Mandado de Segurança Coletivo (Art. 22, § 2º da Lei Federal nº. 12.016/09) .....	422
3.4.4.1	Cabimento da Liminar .....	423
3.4.4.2	Limites à Aplicação da Liminar (Duplo Juízo de Proporcionalidade).....	424
3.4.5	Intervenção Obrigatória do Ministério Público nos Mandados de Segurança Coletivos.....	426
3.5	CONSEQUÊNCIAS DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO .....	430
3.5.1	Coisa Julgada em Mandado de Segurança Coletivo .....	430
3.5.1.1	Coisa Julgada <i>Secundum Eventum Litis</i> e <i>Secundum Eventum Probationis: Desenvolvimento no Direito Brasileiro até o CDC</i> .....	433
3.5.1.2	Críticas de Antonio Gidi e a “Falta de Seriedade” da Coisa Julgada Coletiva no CDC: Inocorrência.....	445
3.5.1.3	Inaplicabilidade do Art. 22, <i>caput</i> , da Lei Federal n. 12.016/09 .....	447
3.5.2	Liquidação das Sentenças nos Mandados de Segurança Coletivos.....	450
3.5.3	Execução da sentença mandamental coletiva .....	451
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>453</b>